



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE HUMANIDADES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BRUNA KESSYA DA SILVA PEREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO: DESAFIOS DE UMA
ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA EM ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE
REDENÇÃO-CE**

REDENÇÃO – CE
2023

BRUNA KESSYA DA SILVA PEREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO: DESAFIOS DE UMA
ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA EM ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE
REDENÇÃO-CE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, junto ao curso de pedagogia vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro

**REDENÇÃO – CE
2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Pereira, Bruna Kessya da Silva.

P489e

Educação especial na perspectiva de inclusão: desafios de uma escola inclusiva em Antônio Diogo, distrito de Redenção - Ce / Bruna Kessya da Silva Pereira. - Redenção, 2023.
45f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro.

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Pessoas com deficiência - Educação. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.90981

BRUNA KESSYA DA SILVA PEREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO: DESAFIOS DE UMA
ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA EM ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE
REDENÇÃO-CE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, junto ao curso de pedagogia vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Aprovada em: 30/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Joanice Santos Conceição

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Fatima Maria Araújo Bertini

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dra. Geranilde Costa e Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a educação especial na perspectiva de inclusão. O objetivo geral do trabalho é identificar os desafios que as escolas públicas de Redenção enfrentam para incluir as crianças com deficiências nas salas de aula regular de ensino. Os objetivos específicos foram: compreender as orientações legais sobre “educação especial” e “educação inclusiva”; estabelecer uma articulação entre a educação especial e a educação inclusiva voltadas ao atendimento das Pessoas com Deficiência na instituição escolar; e perceber quais desafios podem interferir na implementação dos marcos legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas de Redenção-CE. A abordagem utilizada é qualitativa e a pesquisa se classifica como exploratória e de campo, foi realizada junto a uma Escola Municipal, localizada no distrito de Antônio Diogo, Redenção-CE. Sendo assim, além da inserção no cotidiano da escola definida para esta investigação, foi aplicado um questionário para coletar os dados dos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa, o qual foi respondido remotamente pelos funcionários da escola. Os resultados permitem apontar que os profissionais da escola se mostram sensibilizados sobre o tema, mas sentem necessidade de formação específica sobre os temas. Além disso, para que a inclusão aconteça na educação escolar apontam que são necessárias mudanças em várias dimensões, seja na forma de atuarem, nos recursos disponíveis e em sua utilização, bem como na relação entre a escola e as famílias.

Palavras chaves: Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The present work discusses special education from the perspective of inclusion. The general objective of this work is to characterize the challenges that public schools in Redenção face in order to include children with disabilities in regular classrooms. The specific objectives were: to understand the legal guidelines on “special education” and “inclusive education”; establish a link between special education and inclusive education aimed at assisting People with Disabilities in the school institution; and to understand which challenges can interfere in the implementation of the legal frameworks of Special Education from the Perspective of Inclusive Education in schools in Redenção-CE. The approach used is qualitative and the research is classified as exploratory and field, it was carried out at a Municipal School, located in the district of Antônio Diogo, Redenção-CE. Therefore, in addition to the insertion in the daily life of the school defined for this investigation, a questionnaire was applied to collect data from the subjects who agreed to participate in the research, which was answered remotely by school employees. The results show that the school professionals are aware of the issue, but feel the need for specific training on the issues. In addition, for inclusion to take place in school education, they point out that changes are necessary in several dimensions, whether in the way they act, in the resources available and in their use, as well as in the relationship between the school and the families.

Keywords: Inclusive education. Special education. Specialized Educational Service.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PPP	Projeto Político Pedagógico
TGDS	Transtornos Globais do Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	EDUCAÇÃO ESPECIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
2.2	IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO.....	15
2.3	DESAFIOS DA INCLUSÃO NA ESCOLA.....	17
3	METODOLOGIA.....	21
3.1	LÓCUS E SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO.....	21
3.2	TÉCNICA DE PESQUISA.....	25
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1	O PERFIL DOS SUJEITOS - DADOS GERAIS.....	29
4.2	OS SUJEITOS EM SUAS RESPOSTAS	31
4.3	ANÁLISE POR CATEGORIAS TEÓRICAS	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Educação Especial na Perspectiva de Inclusão: Desafios de uma escola pública inclusiva em Antônio Diogo, distrito de Redenção-Ce, é o título deste trabalho de pesquisa. A educação é um direito de todos garantido pela constituição federal de 1988, porém esse direito algumas vezes pode não ser assegurado em sua totalidade e especificidade como, por exemplo, na educação inclusiva.

Muito se lê sobre a educação inclusiva e quase sempre associamos ela somente a Educação Especial porém, a educação inclusiva vai para além da Educação Especial, ela abrange um conceito ainda maior onde se enquadram educação de jovens e adultos (EJA), quilombolas, pessoas de classes sociais diferentes, de religião diferentes daquelas tidas como o "padrão" a ser seguido, dentre outros grupos que por alguma razão, são discriminados ou excluídos em um determinado ambiente seja ele escolar, social ou profissional.

O objetivo geral do trabalho é identificar os desafios que as escolas públicas de Redenção enfrentam para incluir as crianças com deficiências nas salas de aula regular de ensino.

Os objetivos específicos foram: compreender as orientações legais sobre "educação especial" e "educação inclusiva"; estabelecer uma articulação entre a educação especial e a educação inclusiva voltadas ao atendimento das Pessoas com Deficiência na instituição escolar; e perceber quais desafios podem interferir na implementação dos marcos legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas de Redenção-CE.

Dentro dessa temática é que a pesquisa irá se desenvolver, ela começou com o desejo de saber se as escolas públicas de Redenção de fato incluem as pessoas com deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs) nas salas de aula regular de suas escolas, em especial uma localizada em Antônio Diogo distrito de Redenção.

Outro motivo que me fez optar pela escolha desta escola é porque estou trabalhando na mesma como cuidadora, o que me fez levantar a seguinte questão e que também leva o tema dessa pesquisa: Qual a percepção dos professores (GRUPO) sobre a diferença existente entre os conceitos educação especial e educação inclusiva e seus significados para a ação docente?

Durante todo o ano de 2022 trabalhando na referida escola pude perceber a dinâmica e rotina que a escola tem ao tratar os seus alunos, a forma como os veem e como dispõem todo o material necessário para o desenvolvimento físico e intelectual dessas crianças.

A educação inclusiva bate de frente com o preconceito e a discriminação tão presente na nossa sociedade, pois ela busca agrupar todos os alunos/estudantes quaisquer que sejam as suas origens ou particularidades em uma mesma turma ou em um mesmo ambiente (nesse caso o escolar), fazendo com que os demais alunos desenvolvam empatia pelo próximo, respeitem as diferenças e trabalhem de maneira a sempre ajudar e pensar no outro. Esse contato entre a criança com deficiências e as outras crianças gera um benefício mútuo, aflora sentimentos como empatia, tolerância, solidariedade e respeito.

É de suma importância que esses alunos sejam integrados dentro das escolas regulares por meio de uma abordagem humanista, e que as suas particularidades sejam vistas e consideradas como diversidade e não como problema. Para que isso aconteça é necessário conhecer as necessidades de cada aluno, promover campanhas de inclusão, fazer avaliações/intervenções individuais e investir em tecnologia de acessibilidade para esses alunos se desenvolverem além das suas limitações.

Para além dos objetivos acima citados da educação inclusiva, o principal deles é assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência para o exercício da cidadania dentro do contexto social da qual está inserida.

Nesse contato do ambiente escolar a criança com deficiência cria para si uma nova visão de mundo, ela amplia suas possibilidades, ela conhece outras e novas realidades e ela passa a conviver socialmente com outras crianças que são capazes de ajudá-la nesse processo de desenvolvimento; Está em contato com pessoas que pensam, agem, falam e se comportam diferentes de você ajuda na evolução de qualquer ser humano e da criança com deficiência não é diferente.

Ao ser recebida na escola de forma calorosa e acolhedora, a criança com deficiência se sente incluída e motivada a desenvolver ao máximo o seu potencial, a criança precisa encontrar na escola um espaço onde ela possa ser exatamente da maneira como ela é, e ser aceita por todos sem discriminação.

Foi diante de todas essas pontuações aqui relatadas sobre educação inclusiva e a educação especial, que me propus a pesquisar sobre a temática em questão; Esse é um tema amplo e repleto de informações, que se faz tão necessário ser abordadas nos dias de hoje, e foi pensando nisso que elaborei todo o presente trabalho sobre a educação especial na perspectiva de inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação especial é um direito de todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/superdotação. Esse direito foi conquistado por meio de lutas e esforços para que essa parte da população outrora excluída, tivesse o acesso à educação gratuita e de qualidade em todo país.

Dutra (2010, p. 22) define esses termos no seu livro Marcos políticos legais da Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva como:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, e interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunidade, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Inclui-se nesse grupo alunos com autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil. Os alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.”

A educação especial vem com o objetivo de garantir como direito fundamental, o acesso à educação de qualidade para as pessoas que são alvos dessa modalidade de ensino; Acontece preferencialmente na rede regular de ensino em horário e salas comuns e se desenvolve tendo por base o acesso e a igualdade de oportunidade, buscando sempre oferecer uma educação de qualidade para todos, ela perpassa todos os níveis da educação, tanto básica como superior, tendo seu início na educação infantil e se estende ao longo de toda a vida.

Por algum tempo acreditou-se que a educação especial seria mais eficaz se acontecesse paralela ao ensino regular “Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da Educação Especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica” (DUTRA, 2010, p. 21). O avanço nos estudos de campo vem modificando esse pensamento.

No decorrer da década de 90 a luta pelo direito das pessoas com deficiência ganhou maior notoriedade em todo o mundo, foi nesse período que surgiu os alguns dos documentos mais importantes voltados para essa temática, como a declaração de Salamanca de (1994), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de (2006), Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, todos esses documentos são um aporte legal onde a pessoa com deficiência pode estar amparada mediante a lei.

A constituição federal de 1988, fala no seu artigo 205 que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" Se a educação é dever do estado e da família, logo cabe às instituições a responsabilidade de disponibilizar escolas que possuam uma preparação estrutural adequada, profissionais capacitados e materiais acessíveis para esses alunos; E a família por sua vez acompanha de perto, somando junto com a escola para que o processo educacional da criança seja o melhor possível.

A Lei Federal 7.853/1989 no seu artigo 1 "Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei." Essa lei deixa estabelecido que o aluno com deficiência não pode ser impedido de se matricular em qualquer escola que possua estrutura adequada para recebê-lo e nem de adquirir os mesmos benefícios que os outros alunos recebem, como por exemplo material escolar, dentre outros.

Tendo por base o acima descrito percebe-se que:

A educação especial é estruturada por meio de três eixos: Constituição de um arcabouço político ilegal fundamentado na concepção de educação inclusiva; institucionalização de uma política de financiamento para a oferta de recursos e serviços para a eliminação das Barreiras no processo de escolarização; e orientações específicas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusiva. (DUTRA, 2010, p. 8).

A educação especial é toda assegurada e fomentada por leis e legislação que tem como função assegurar a existência desta modalidade de ensino e garantir a sua execução dentro da sociedade.

De acordo com o livro Marcos políticos legais da Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva (2010, p. 11) a educação especial

Se organizou tradicionalmente como atendimento educacional e especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência.

Essa organização acaba por criar ambientes segregados, gerando separação ao invés de inclusão, reforçando a desigualdade e a exclusão tão presente na sociedade.

Sobre isso Kassir (2011, p. 62) fala que a educação especial voltada para os alunos com deficiência se construiu de maneira segregada, separada da educação 'normal', com isso a educação especial acabou se tornando uma área específica a parte da educação sem ter relação próxima com os demais setores que a envolve, como por exemplo as salas de aulas comuns.

A primeira vez que se firmou lei para a educação especial foi em 1961 através da Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional, lei de nº 4024/61 que no título X, artigos 88 e 89 apresenta a educação especial como educação dos excepcionais

A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema Geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (art.88). Ainda, “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (art. 89). (BRASIL, 1961).

Dez anos depois, essa lei foi revogada pela nova lei de diretrizes e bases da educação, lei 5692/71 que previa Tratamento especial aos alunos que apresentavam deficiência ou superdotação, em seu artigo 9 a lei fala que

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação. (BRASIL, 1971)

Mesmo após a substituição da lei por outra mais atualizada, fica notório a preocupação em se definir o público alvo da educação especial, o que ela é, e para quem ela se destina, mas, não existe a preocupação de integrar esses alunos com deficiências. Segundo Dutra (2010, p. 12) “Nesse período não se efetiva uma política

pública de acesso Universal à educação permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência” A lei nem mesmo fala da obrigatoriedade do atendimento na rede regular de ensino, pois essa integração lhe exigiria um recurso financeiro que deveria ser custeado pela união, afinal cabe a ela, a união, dar suporte aos estados para que a lei seja cumprida e não era prioridade da união fazer isso.

Somente com a constituição federal de 1988 acima citada que a democratização da educação passou a ser uma preocupação do governo, com isso no artigo 208 parágrafo 3 da referida lei fala sobre o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. Isso se deu devido às mudanças que queriam implantar no país, como a erradicação do analfabetismo, a democratização da educação, a melhoria da qualidade educacional e a necessidade de formar pessoas preparadas para o mercado de trabalho. Diante desse cenário surgiu a possibilidade de integrar as pessoas com deficiência na sociedade através da inclusão.

Com a promulgação da lei 9394/96 leis de diretrizes e bases da educação nacional, a educação especial aparece de maneira mais abrangente e específica, coisa que não acontecia nas leis anteriores até aqui citadas. Nessa lei a educação especial já aparece como modalidade de ensino e deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, também apresenta o estado como responsável pela oferta desse atendimento dentre outras disposições previstas para a educação especial.

2.2 IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO

Por volta dos anos 2000 inicia-se uma nova política educacional de inclusão onde se passa a cobrar um atendimento aos alunos com deficiência, exigindo a sua matrícula nas salas comuns das escolas públicas e um atendimento educacional especializado que possa acontecer preferencialmente nas salas de multimídias. Para garantia dessa política nasce o Decreto 6.571/2008 que:

[...] dispõe sobre o atendimento educacional especializado e modifica as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para garantir

recursos àqueles alunos que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo atendimento educacional especializado (KASSAR, 2011)

É comum a educação especial ser considerada a mesma coisa que a educação inclusiva, elas até estão ligadas uma à outra, porém são distintas entre si. É necessário que fique claro que incluir não é deixar tudo igual, mas sim valorizar o que cada um tem de diferente e especial.

Falar sobre educação inclusiva também é falar de políticas públicas, no âmbito do contexto político muito se é usado a educação inclusiva como meta, projetos de campanha e base de governo. A constituição federal já citada, assegura a educação para todos e busca por meio de seus agentes garantir a manutenção desse direito, trazendo assim benefícios para todos como a diminuição do analfabetismo, socialização, qualidade de vida dentre outros.

As políticas públicas abrangem também as políticas de inclusão escolar, que visa resgatar uma parcela da população geralmente esquecida que necessita de um cuidado especial e incluí-la na rede municipal de ensino.

Existe sim uma legislação que garante e reforça essa política de inclusão, porém, isso de fato acontece de maneira satisfatória? Nos últimos anos percebemos uma maior presença e participação desses alunos nas escolas regulares "é o que demonstra o censo escolar/2009 acerca dos educandos público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, representando 56% dessas matrículas." (DUTRA, 2010, p. 6) e um dos fatores, fora é claro a própria mudança na lei é porque as instituições de ensino estão cada vez mais preocupadas em se preparar, estruturalmente falando para receber esses alunos e as que não possuem essa estrutura estão se adequando para também oferecer essa inclusão. Não podemos ser inocentes em acreditar que essa iniciativa partiu de livre e espontânea vontade, essa mudança foi às escolas tentando se adequarem às exigências das leis que vão surgindo.

No ano 2015 entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146 que estabelece que qualquer pessoa independente da sua deficiência, de suas limitações consiga conviver de maneira inclusiva e participativa na sociedade. Em seu artigo 4 a lei fala

“Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015)

Sobre a discriminação no mesmo artigo parágrafo 1º deixa claro:

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015)

Diante do descrito na LBI se percebe que Incluir também não é integrar, o sentido da Integração na educação faz referência a igualdade e normatização, a interação nega de certa forma às diferenças existentes dentro da sala de aula e busca tratar todos como igual, sem levar em conta as particularidades de cada um; Já na inclusão essas diferenças são reconhecidas e valorizadas como um direito humano que cada um possui, na integração o aluno tem que se adaptar às condições que a escola oferece, na inclusão a escola tem que se adaptar às particularidades que o aluno traz consigo.

Dessa forma:

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2008, p. 19).

2.3 DESAFIOS DA INCLUSÃO NA ESCOLA

A inclusão escolar se preocupa em atender a todos os sujeitos que estão em processo de ensino-aprendizagem, seja qual for sua cultura, crença, posição social, cor, deficiência físicas, psíquicas ou motoras, ela busca inserir todos os indivíduos da sociedade em um mesmo espaço social de convivência comum a todos, procurando sempre atender aqueles que por algum motivo e algum tempo foi excluído desse espaços.

Para que a inclusão aconteça de maneira satisfatória é necessário que a educação especial seja de qualidade; A inclusão não pode acontecer sem a educação

especial, porém a educação especial pode acontecer sem a inclusão, isso porque como falado anteriormente a educação especial precisa ser realizado de maneira a buscar a autonomia e promover a inclusão total dos alunos envolvidos nessa modalidade de ensino, quando isso não acontece o que se promove é a integração ou mesmo a segregação, mas não a inclusão.

A educação inclusiva deve ser construída em conjunto com comunidade externa, gestores, professores, alunos e família, fora isso também deve contar com apoio de uma série de políticas públicas e de mudanças estruturais para que possa tornar essa escola um espaço inclusivo e acessível. No artigo 8 da LBI fala que:

Art. 8º. É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da constituição federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015)

A educação Inclusiva tem quatro pilares que a sustentam que são, aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser, essa é a palavra chave da educação inclusiva, aprender. Ela também traz consigo cinco princípios que a norteiam, são eles:

Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.

Toda pessoa aprende.

O processo de aprendizagem de cada pessoa é único.

O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos.

A educação inclusiva diz respeito a todos.

A educação inclusiva é importante porque ela não exclui os alunos do convívio social com os demais, mas sim afirma que é nesse convívio que eles se desenvolvem. É notório que esse contato com a diversidade só contribui para o desenvolvimento de todos, sem preconceitos e discriminações, é lá onde o respeito à diversidade, a aceitação e a empatia são promovidas.

A educação inclusiva traz inúmeros benefícios para a sociedade, então qual o maior desafio da sua implementação nas escolas públicas do nosso país? Para a total efetivação dessa política de inclusão é necessário ter profissionais capacitados para o atendimento dessas crianças, é necessário ter materiais específicos e um espaço apropriado para que essa inclusão possa acontecer. Um exemplo de um desses espaços são as salas multifuncionais, onde é para ser desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

“O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (DUTRA, 2010, p. 22). O AEE é uma importante ferramenta para esse processo de inclusão e desenvolvimento do aluno dentro da escola, ele vem com a função de criar recursos pedagógicos e acessíveis que possam eliminar as barreiras existentes e potencializar o seu desenvolvimento (do aluno) dentro da sala de aula, preparando-o para o convívio em social e seu exercício de cidadania. outra importante ferramenta e diria de extrema necessidade para a inclusão é a capacitação profissionais da educação capazes de lidar com toda a diversidade existente dentro da sala de aula, é preciso uma formação continuada para esses profissionais a fim de que não sejam reproduzidos modelos antigos de educação que segregam ou até mesmo excluía os alunos que eram considerados diferentes.

Os recursos e materiais específicos acessíveis e disponíveis é outra ferramenta que contribui para a inclusão, ter material adequado para trabalhar com as especificidades de cada aluno é essencial para o desenvolvimento do mesmo.

De acordo com Kassir (2011, p. 75) percebe-se

[...] que os desafios da implantação de uma política nacional de “educação inclusiva” são muitos. Estes desafios tornam-se evidentes mesmo quando estão cumpridas as exigências que os programas e projetos explicitam: salas reduzidas, acompanhamento em salas de recursos, adequação do espaço escolar, formação de professores, acolhimento da escola etc.

É necessário todos esses recursos para promover uma educação Inclusiva, mas eles isoladamente não é o bastante, é preciso busca adequar o sistema educacional para que possa receber esse aluno deficiente e assegurar que eles permaneçam na escola se desenvolvendo e tendo condições de aprendizagem, livre

de preconceitos e que a suas particularidades e especificidades sejam reconhecidas e respeitadas.

A escola inclusiva é aquela que acolhe todas as diferenças e trabalha de uma forma onde possa ser potencializada as habilidades que cada um tem, respeitando sempre as diferenças e ritmos de aprendizagem de cada aluno, pois ela para além de um espaço de ensino também é um espaço social onde a criança com deficiência ou necessidades especiais pode socializar e se desenvolver em colaboração com as demais crianças.

A escola é um reflexo da sociedade em que vivemos, logo na escola encontramos tradições, conceitos e culturas distintas que são trazidos pelas pessoas que a compõem.

A importância da escola para a construção social é muito relevante, afinal ela é um espaço sociocultural onde são acolhidos a todos independente das características que possuam, o que a torna um lugar propício para o desenvolvimento e a construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais igualitária.

Uma escola para todos, não significa a mesma escola para todos, é preciso que a adaptação aconteça para receber a todos de igual modo e ofertar igualdade de oportunidade, a educação não pode ser igual nem desigual, mas sim com equidade.

A equidade é o princípio da educação inclusiva, a busca por igualdade, moderação e o sentido de justiça é o que faz com que a educação para a inclusão seja possível, é necessário que esse princípio esteja presente em todos os âmbitos em que a inclusão faz parte.

Reconhecer a pluralidade de cada aluno no processo de ensino e criar estratégias para que cada um desses alunos atinjam o mesmo objetivo é a equidade se cumprindo.

3 METODOLOGIA

3.1 LÓCUS E SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO

O distrito de Antônio Diogo, antiga Canafístula, está localizado no município de Redenção, a 55 km da capital Fortaleza, possui uma população de em média 29.238 habitantes (todo o município) segundo censo de 2021 do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE).

Foi o primeiro município a ter um leprosário em todo o estado do Ceará, hoje denominado colônia. Seu território está dividido em Centro, Susto, Currais 1 e 2, Colônia, Caminho da volta, Conjunto Novo, Lagoa Dantas, Urucuzal e Croatá.

Antônio Diogo possui cinco escolas de educação infantil e ensino fundamental 1 e 2 e uma creche, espalhados por todo o seu território; dentre essas escolas escolhi uma de educação infantil e ensino fundamental para desenvolver o trabalho aqui apresentado à escola Cecília Pereira.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cecília Pereira está localizada na rua Tereza Cristina em Antônio Diogo, Redenção - CE com o CEP: 62791-000.

De acordo com o projeto político pedagógico PPP da mesma, a escola foi fundada primeiramente como clube de mães no ano de 1980, intitulada Sociedade Protetora Beneficente Assistencial Cecília Pereira (SOCEP) A Sra. Francisca Pereira (In memória) auxiliar de enfermagem, começou a idealizar a criação da associação, contendo:

NOME	CARGO	PERÍODO
Francisca Pereira*	auxiliar de enfermagem	1980 – 1985
Joana Régis Carvalho*	presidente	1980 – 1985
Marlene Malveira Bessa	vice-presidente	1980 – 1985
Maria Vilanir Diógenes de Oliveira	diretora	1980 – 1985
Zuila Assunção da Silva	vice-diretora	1980 – 1985
Lúcia de Fátima Fernandes	1º secretária	1980 – 1985
Maria Suely do Nascimento	- 2º secretária	1980 – 1985
Maria das Dores da Silva	tesoureira	1980 – 1985
Francisca Ferreira	coordenadora e líder	1980 – 1985

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: Redenção (2022)

*In memoriam

Nas reuniões sempre abordavam melhorias para enxovais de Deus, e outras atividades criadas pelos membros da associação, sucedendo assim por cinco anos, pois a líder fundadora mudou-se para outro município passando as mãos da Sra. Antônia Davy Ramos Ferreira de Lima, que juntamente com a Sra. Joana Régis Carvalho criaram em 1985 através da LBA educativo em que deu início a história de nossa escola. Então se formou uma sala para 30 (trinta) crianças de dois a seis anos de idade no prédio do Círculo Operário e com o sucesso do projeto a associação começou a crescer, chegando a uma meta de 130 (cento e trinta), com essa demanda encontrou-se a dificuldade por um espaço físico maior.

Na perspectiva de vencer esse desafio, a Sra. Joana Régis Carvalho cedeu um prédio (antiga fábrica de pilar arroz e uma pequena padaria) para funcionar a tão sonhada creche, Cecília Pereira, que teve como parceira a Prefeitura Municipal de Redenção, na gestão do prefeito Ernani Jacó, em que concedeu as funcionárias: Antônia Davy Ramos Ferreira de Lima e Carmem Maria Araújo (professoras), Teresinha Bezerra Tavares e Francemilde Mendes (merendeiras), permanecendo assim por mais ou menos cinco anos. Com o passar do tempo, a Sra. Joana Régis

Carvalho repassa as atividades da associação à professora Antônia Davy Ramos Ferreira de Lima.

Atualmente a escola EMEIEF Cecília Pereira oferece o ensino fundamental anos iniciais e anos finais; ela tem aproximadamente 513 alunos, 18 turmas (sendo 10 turmas de Ensino Fundamental I e 08 turmas de Ensino Fundamental II), e 38 funcionários no total distribuídos conforme mostra o quadro abaixo.

CARGO	QUANTIDADE
Professores em sala	20
Professores de apoio	02
Secretário escolar	01
Vigias	02
Auxiliar de serviços gerais	05
Auxiliares administrativos	06
Diretora	01
Coordenador	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: Redenção (2022)

No que se refere ao espaço físico da escola ela se divide em:

ESPAÇO	QUANTIDADE
Sala de aula	09
Secretaria	01
Diretoria	01
Almoxarifado	01
Depósitos	01
Cantina	01
Banheiro para funcionário	01
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Pátio amplo	01
Quadra poliesportiva	01
Área coberta	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: Redenção (2022)

A escola dispõe de serviço de internet de qualidade razoável e dispõe dos seguintes equipamentos na secretaria e diretoria que servem de subsídio para uma prática docente bem elaborada.

:

Equipamento	Quantidade
Computadores de mesa	03
Notebooks	03
Impressoras	02
Copiadora	01
Caixas de Som	03
Data show	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: Redenção (2022)

Na cantina e demais ambientes da escola temos os seguintes equipamentos:

Equipamento	quantidade
Fogões de 4 bocas	02
Geladeira	01
Freezers	02
Liquidificador	01
Espremedor	01
Bebedouro	02

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: Redenção (2022)

Somado a isso também conta com bons utensílios domésticos e uma dispensa ampla para armazenamento da merenda escolar.

As salas de aula são climatizadas e dispõem de carteiras e mesas adequadas e suficientes para todos os alunos e professores. Cada sala possui 01 armário, mesa do professor e quadro branco.

A EMEIEF Cecília Pereira está inserida em uma comunidade com características sociais que refletem no processo de ensino e aprendizagem.

Exemplifica-se aí as parcerias, o engajamento social, a empatia, a hospitalidade, dentre outros. No que diz respeito ao município, esta instituição tem grande importância, sendo que o número de alunos atendidos nas diferentes séries é significativo e ela está situada em um ponto estratégico para atendimento de alunos do centro do distrito e da periferia. Evidenciamos que aqui também há plena conscientização por parte de todos os envolvidos no processo educacional quanto a importância que tem o estudo na vida desses alunos, sendo que através do ensino existe também a busca pela ascensão social.

A nível municipal o colégio é classificado como de grande porte e possui elevada importância devido ao alunado que atende, aos níveis de ensino que oferece, projetos realizados e a educação que se desenvolve em seu contexto. Sendo que a preocupação da instituição é a educação pública de qualidade para todos, garantindo assim a formação de cidadãos conscientes de seu papel, na transformação desta sociedade injusta e desigual.

A escolha da escola Cecília Pereira como escola a ser estudada, é por que dentre todas as outras escola do distrito de Antônio Diogo, ela tem o maior número de crianças com deficiência e que possuem um laudo que confirme as suas especificidades, e por conseguinte a que em tese deverá ter o maior número de recurso disponíveis e acessíveis para essas crianças.

3.2 TÉCNICA DE PESQUISA

A parte metodológica de uma pesquisa é muito importante, pois é por meio dela que é traçado caminhos para a obtenção dos dados que serão analisados com o intuito de atingir os objetivos propostos no trabalho.

Sobre a pesquisa Gil (2002, p. 17) fala que “A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.”

Na realidade, “a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.” (GIL, 2002, p.17)

A abordagem utilizada neste trabalho é qualitativa enquanto aprofundamento na temática de inclusão, pois não existe aqui a necessidade do uso de apresentações de dados de forma estatística. O conteúdo pesquisado neste trabalho não pode ser quantificado pois ele está firmado no universo de significados, ratificando ainda mais a abordagem escolhida.

Essa Pesquisa se classifica como exploratória, Segundo Gil (2002, p. 41) essa pesquisa caracteriza-se por um estudo exploratório, sendo que a pesquisa exploratória envolve o levantamento bibliográfico, visando proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, podendo assim proporcionar uma visão geral de um determinado fato.

Este trabalho teve como finalidade a realização de uma pesquisa de campo com o objetivo de analisar a Educação Especial na Perspectiva de Inclusão: Desafios de uma escola pública inclusiva em Antônio Diogo, distrito de Redenção-Ce, tendo por base alguns autores que serviram como suporte teórico para a temática proposta, nas quais destacamos: Kassar (2011) e Dutra (2010) .

A pesquisa metodológica se desenvolve em 3 etapas

1° A visita na escola com o intuito de conversar com a gestão, explicando como aconteceria e quais os objetivos da pesquisa.

2° Observação da escola, a parte estrutural e o ambiente como um todo.

3° A aplicação do questionário composto por 6 perguntas para 10 funcionários da rede municipal de educação.

Segue abaixo o cronograma das ações realizadas no desenvolvimento dessa pesquisa.

Cronograma de ações

	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Estrutura da pesquisa	X				
Fichamentos de referencial teórico	X				
Descrição do ambiente da pesquisa	X	X			
Justificar o porquê da escolha da escola para a pesquisa	X	X			
Elaboração do capítulo teórico		X	X		
Pesquisa de campo		X	X	X	
Análise de dados e discussões				X	
Conclusão/considerações finais				X	
Produção do TCC				X	
Finalização do TCC e envio para a banca					X

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionários, segundo GIL (2002, p. 116) “elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.” eles foram aplicados dentro do quadro de funcionários da escola a qual aconteceu a pesquisa.

Esse questionário consiste em seis perguntas referentes ao tema da educação especial e educação inclusiva, divididas em três grupos com duas perguntas relacionadas aos seguintes questionamentos: 1 - Qual a definição que o marco legal apresenta sobre “educação especial” e “educação inclusiva”?; 2 - Como a educação especial e a educação inclusiva se articulam para atender às Pessoas com Deficiência no marco legal nacional? 3 - Quais os principais desafios para a implementação dos Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?

A aplicação do questionário foi feita no início do mês de dezembro do ano de 2022, durante esse período aconteceram alguns fatores que influenciou diretamente na pesquisa, como a chegada do final de ano, provas bimestrais na escola

e também os casos da COVID- 19 aumentando novamente, por conta desses motivos não foi possível realizar esse questionário com um número maior de pessoas e muito menos realizar entrevistas com os mesmo, como era o desejado a princípio.

Todos que participaram da pesquisa foram voluntários e tiveram 7 dias para responder esse questionário do dia 02 a 08 de dezembro, que foi enviado para os mesmos por meio digital. Por questões de privacidade manteremos suas respostas anônimas para não gerar constrangimento a nenhuma das partes envolvidas. Será utilizado códigos para se referir a cada sujeito da pesquisa que será S01, S02, S03, S04, S05, S06, S07, S08, S09, S11.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi aplicado com 10 pessoas, do sexo feminino e masculino, 5 cuidadores, 3 professores do Ensino Fundamental I que atuam do primeiro ao quinto ano, 1 secretário escolar e 1 auxiliar administrativo. Houve a existência de uma outra pessoa que também respondeu o questionário, porém, como não foi possível obter sua assinatura no termo de consentimento livre e esclarecimento, optou-se pela retirada desse participante. Os demais sujeitos que participaram da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido onde declaram estarem cientes do objetivo da pesquisa, participando por livre escolha e autorizando a divulgação das respostas.

4.1 O PERFIL DOS SUJEITOS - DADOS GERAIS

Os gráficos a seguir apresentam os dados gerais de todos os sujeitos que participaram do questionário, inclusive daquele cuja não foi possível obter a assinatura.

O primeiro dado apresentado é sobre a função que cada sujeito ocupa dentro da escola, essas funções foram resumidas em 5 categorias que são melhor exemplificada no quadro abaixo

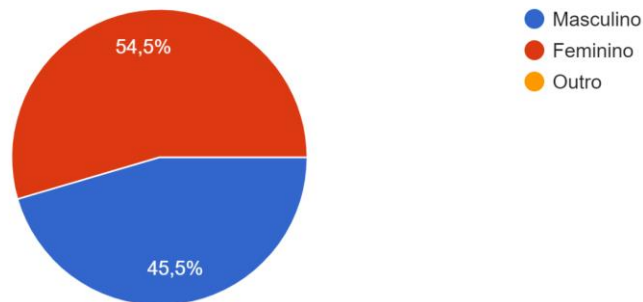
Função	Quantidade
Professor	3
Cuidador	5
Auxiliar administrativo	1
Secretário escolar	1
Porteiro	1

Fonte: Elaborado pela autora

Foi necessário analisar qual a função que cada sujeito ocupa na escola, porque a partir das suas respostas poderemos analisar o seu conhecimento sobre a temática e relacionado com o trabalho que ele exerce.

O gráfico abaixo representa os gêneros dos sujeitos da pesquisa

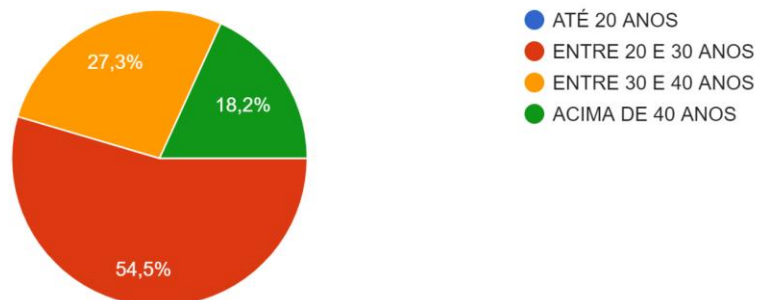
Gênero
11 respostas



Analisando o perfil dos sujeitos por gênero, podemos afirmar que em sua maioria é composto pelo sexo feminino porém, a porcentagem que representa a presença do sexo masculino dos sujeitos da pesquisa também possui grande representatividade, nos mostrando que o ambiente escolar é bem equilibrado quanto a quantidade de mulheres e homens atuando em diversos cargos dentro da escola.

Depois de falar sobre o gênero do sujeito da pesquisa, agora será apresentado a identificação por idade

FAIXA ETÁRIA
11 respostas



Os dados sobre idade dos sujeitos mostram que a maioria deles são pessoas de idade entre 20 e 30 anos, isso significa que a maioria dos sujeitos são de

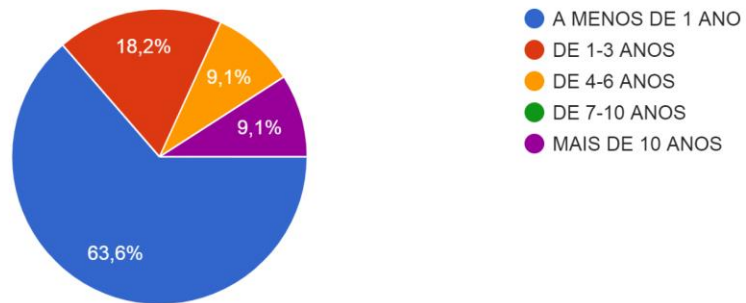
uma época em que as discussões sobre educação especial e educação inclusiva tem ganhado ainda mais espaço.

O acesso à informação sobre a educação inclusiva é amplo nos dias de hoje podendo ser pesquisado por qualquer pessoa de qualquer idade, basta apenas ter recursos para isso como internet e um dispositivo eletrônico para isso, porém como já falado anteriormente a maioria dos sujeitos que respondeu ao questionário tem o privilégio de ter nascido em uma geração em que já se discutia educação especial e dava seus primeiros passos nas questões de inclusão.

Para finalizar será apresentado o gráfico com o tempo de atuação na escola de cada sujeito

TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA

11 respostas



Ao analisar o gráfico nota-se que mais de 60% dos sujeitos estão atuando a menos de um ano na escola, diante disso fica claro que grande parte dos sujeitos estão recentes nesta escola, podemos dizer então que ainda estão em fase de adaptação e conhecimento da dinâmica, rotina e até mesmo estruturas da escola.

4.2 OS SUJEITOS EM SUAS RESPOSTAS

Aqui serão apresentados os resumos dos perfis dos sujeitos individualmente, como falado acima será utilizado códigos para se referir aos sujeitos respeitando assim a privacidade de cada um.

S01 é uma cuidadora que se identifica com gênero feminino, de idade entre 20 e 30 anos, que atua na escola há menos de um ano. S01 é formada em pedagogia.

Ela traz consigo reflexões sobre o termo Educação Especial que segundo suas palavras, existe uma discussão nessa área que prevê uma melhoria para o uso desse termo.

Em duas respostas é citado pelo sujeito leis que para ela o não cumprimento delas causa prejuízo para a inclusão e fala que é preciso buscar junto aos órgãos responsáveis o cumprimento dessas leis.

Segundo a mesma, é necessário que dentro do contexto escolar haja discussões acerca das temáticas de inclusão e que essas crianças sejam de fatos incluídas pelo corpo docente e os discentes da escola.

S02 é um cuidador que se identifica com gênero masculino, de idade entre 20 e 30 anos, que atua na escola há menos de um ano, com atuação nos anos finais do ensino fundamental, S02 estar cursando bacharelado, ele apresenta ideia de Educação Especial como sendo uma forma de educar ou complementar a educação da pessoa com deficiência, para esse sujeito a educação inclusiva tenta unir todas as crianças na escola para que no futuro elas possam contribuir para uma sociedade mais justa igualitária e que principalmente respeitem as diferenças e seja livre de discriminações e bullying.

Para ele é necessário que haja uma cooperação entre família, escola e professores para que as dificuldades da inclusão possam ser superadas.

S03 é cuidadora que se identifica com gênero feminino, de idade entre 20 e 30 anos, está na escola há menos de um ano e atua no 4 ° ano. S03 estar cursando bacharelado, As suas ideias sobre a educação especial é que se trata da educação para pessoa com deficiência e educação inclusiva a adaptação de ensino.

Para a mesma uma forma de incluir essas crianças no espaço escolar, seria com atividades que se encaixasse para todos os alunos, e as dificuldades poderiam ser superadas através do planejamento escolar e com formação para professores e cuidadores.

S04 é professor que se identifica com gênero masculino, de idade entre 30 e 40 anos, está na escola há menos de um ano e atua no 4 ° ano. S04 é pedagogo; Para ele educação especial é uma forma de dar oportunidades a todos igualmente e a educação inclusiva também é proporcionar oportunidades a todos igualmente, por meio das suas respostas percebe-se um equívoco que acontece com

muitas pessoas que é achar que educação especial e educação inclusiva possui o mesmo significado.

Para ele, a forma em que a escola pode ajudar as crianças com deficiência a se sentirem incluídas nos espaços escolares é através da formação de professores e fornecendo equipamentos que possam ser utilizados dentro da sala de aula, para que o desenvolvimento dessa criança e a sua participação em sala de aula seja completa.

No final do questionário o sujeito 04 traz novamente a importância da formação de profissionais adequados na área como uma mudança necessária que a escola poderia fazer para incluir essas crianças dentro da rede de ensino.

S05 é professora, se identifica com gênero feminino, de idade acima de 40 anos, está na escola há mais de 10 anos e atua no 4 ° ano. S05 é graduada em pedagogia, De acordo com suas respostas educação especial é uma modalidade importante para o desenvolvimento e inclusão dos alunos com deficiência dando o direito de aprender igual aos demais, com o objetivo de formar os alunos e suas famílias para o convívio social.

Para ela, a educação inclusiva é bem mais avançada do que a educação especial, porém ainda precisa de muitas adaptações para acontecer tal como é previsto na lei. A forma como a escola pode ajudar essas crianças com deficiência segundo o sujeito 05 é facilitando a capacitação dos profissionais, adaptando seu espaço físico, investindo em material adaptado e trabalhando a consciência de igualdade entre todos, ou seja, para ela é um processo em conjunto.

Segundo ela, a maior dificuldade de se incluir é a falta de informação, principalmente vinda da família dos alunos com deficiência.

Os aspectos negativos é que se ela não proporcionar ao aluno um ambiente onde ele se sinta acolhido e participativo ela criará espaços onde a inclusão não acontece.

S06 é professora que se identifica com gênero feminino, de idade acima de 40 anos, está na escola há menos de 1 ano e atua no 3 ° ano. S06 é graduada em pedagogia, para ela a educação especial é uma forma de incluir de forma lúdica no cotidiano e a educação inclusiva é uma educação voltada para todos e por meio de um processo interativo e participativo.

Para esse sujeito a forma como a escola pode ajudar a incluir essas crianças nos espaços escolares é fornecendo o suporte de material adequado e um espaço também adequado para cada uma dessas crianças, e as maiores dificuldades encontradas para que a inclusão possa ser implementada na escola é a questão da participação, pois segundo ela nem todos do ambiente escolar participam.

Ainda de acordo com o S06 as mudanças que são necessárias na escola pesquisada estão relacionadas ao engajamento nas atividades lúdicas.

Através das suas respostas se pode perceber que para ela o lúdico é muito importante na Educação Especial, principalmente almejando uma Perspectiva de inclusão.

S07 é cuidadora que se identifica com gênero feminino, de idade entre 20 e 30 anos, está na escola há menos de 1 ano e atua no 5 ° ano. S07 é graduada em pedagogia, Através das suas respostas percebemos que ela entende educação especial como um apoio especializado para criança especial de acordo com a sua individualidade, e educação inclusiva como a transformação do ambiente para atender a necessidade do aluno especial. Para ela, a inclusão se resume apenas na adaptação do espaço físico.

Para ela, as dificuldades que a inclusão encontra dentro do ambiente escolar são a falta de conhecimento. Uma forma de evitar essas dificuldades segundo ela é entender sobre a temática, aprender e ter empatia com o próximo, e por fim buscar estudar mais sobre o assunto envolvendo a Educação Especial e a educação inclusiva.

A principal mudança que se faz necessária na escola para lidar com a criança com deficiência segundo o sujeito 07 é conscientizar as famílias e a escola no geral pois, segundo o mesmo as crianças não têm preconceito, a discriminação parte dos adultos e as crianças apenas assimilam e reproduzem esse comportamento.

S08 é cuidadora que se identifica com gênero feminino, de idade entre 20 e 30 anos, está na escola há menos de 1 ano e não leciona atualmente. S08 estar cursando licenciatura.

Segundo S08, a educação especial é mais limitada ao público da pessoa com deficiência, onde são pensadas as práticas voltadas para a acessibilidade dessa pessoa dentro do contexto escolar.

A educação inclusiva segundo o sujeito 08, já abrange todas as pessoas e vê cada uma delas como pessoa de direito que deve ter acesso à escola Independente de ter ou não algum tipo de deficiência, elas devem ser participantes do processo ensino aprendizagem da escola.

Segundo ela a forma como a escola pode ajudar as crianças com deficiência a se sentirem incluídas nos espaços escolares e nas atividades é realizando a inclusão dessas crianças nos espaços verdadeiramente, não só tendo o cuidador para dar auxílio nas atividades, mas tendo todos, professor e equipe da escola buscando meios de adaptar as atividades em geral para que elas de fato possam participar e se sentirem parte das aulas e das atividades escolares.

Para ela, as dificuldades para que a inclusão possa acontecer são inúmeras como atividades que não correspondem ao seu nível de aprendizagem, o isolamento desse aluno, a falta de participação nas explicações em sala de aula, a falta de formação continuada para os professores, que muitas vezes não sabem como lidar com os alunos, dentre outros. Para ela a inclusão é um desafio que precisa ser encarado e trabalhado em todos os espaços social, físico e pedagógico sendo necessário ter muita empatia e responsabilidade com o próximo neste momento.

S09 é auxiliar administrativo que se identifica com gênero masculino, de idade entre 30 e 40 anos, está na escola de 4 a 6 anos e não leciona atualmente. S09 possui graduação em pedagogia. Para ele a educação especial e a educação inclusiva possuem quase que o mesmo significado pois, a sua resposta para a primeira pergunta do que a educação especial foi é onde todos os alunos têm acesso às mesmas aprendizagens dos alunos ditos normais, e educação inclusiva é educação que todos tenham acesso à sala de aula regular e tem o mesmo conteúdo dos alunos da sala de aula regular ou seja, a mesma resposta para as duas perguntas.

Para ele, a falta de formação dos professores é um dos fatores que dificulta esse tipo de inclusão dentro da sala de aula da escola.

S11 é secretário escolar que se identifica com gênero masculino, de idade entre 20 e 30 anos, está na escola de 1 a 3 anos, não leciona atualmente. S11 possui graduação em pedagogia. Para ele a educação especial e educação inclusiva possuem o mesmo significado pois, deu a mesma resposta para as duas perguntas, que foi a educação de

inclusão de acordo com a Constituição Federal, princípio da impessoalidade trata iguais de formas igual e desiguais na medida da sua desigualdade.

Para ele, a escola pode ajudar as crianças com deficiência, implementando programas e profissionais capacitados na área para lidar com as crianças, e cita a qualificação de profissionais e recursos financeiros como as mudanças necessárias para que a inclusão aconteça.

4.3 ANÁLISE POR CATEGORIAS TEÓRICAS

A análise das respostas será feita a partir de duas categorias teóricas adotadas e que se destacaram nas respostas dos sujeitos, as categorias foram “Atendimento Educacional Especializado (AEE)” e “Mudanças”. Com o objetivo de enriquecer essa análise será feito o diálogo com autores que fundamentam teoricamente o presente trabalho: Pletsch e Souza (2021); Vaz (2021); e Bezerra (2021).

Na primeira categoria Atendimento Educacional Especializado (AEE), podemos destacar nas falas dos sujeitos, subtemas dentro da categoria principal, um deles que obteve maior destaque foi com relação a necessidade de formação qualificada para os professores que têm em suas, salas de aula crianças com alguma deficiência ou transtorno.

Uma das grandes dificuldades encontradas dentro da escola pesquisada segundo os sujeitos, foi a falta de formação continuada ou a qualificação/capacitação dos profissionais dentro da escola para atender essas crianças, isso pode ser percebido nas falas do seguinte sujeito

S08 “os professores necessitam de formação continuada para aprender a lidar com os alunos e não se prenderem somente nas desculpas que não são preparados para isso.”

Quando questionado sobre que mudanças você acha que são necessárias para lidar com uma criança com deficiência que fazem parte da escola foram obtidas as seguintes respostas

S09 “Formações continuadas para os professores e profissionais da escola”

S02 “profissionais qualificados para lidar com as crianças seja o necessário para um bom aprendizado”

S08 “Formações continuadas para os professores e os funcionários sobre o assunto com toda a equipe escolar para que tenham subsídios e mais conhecimento para lidar com essas crianças.”

S11 “Qualificar melhor os profissionais”

É notório que para os sujeitos, a falta de formação específica para a área de educação especial é um dos problemas que necessita de mudança na escola, porém é preciso salientar que essa formação não é aquela que torna o professor apto a ensinar na sala de AEE e sim aquela formação que é dada ao professor titular da sala de aula comum, para que eles possam ser instruídos a como receber e atender esses alunos da melhor forma possível.

Existe uma diferenciação entre esses profissionais, o professor da sala de aula comum e o professor especializado, que vai para além de apenas a sua formação, de acordo com Vaz (2021, p. 7)

O professor especializado é o professor de educação especial, aquele que tem formação em nível médio, superior ou pós-graduação *Latu Sensu* específico sobre a educação especial. Conforme consta, ao professor especializado cabe: apoiar na sala de aula regular, complementar ou suplementar nas salas de recursos, ou ainda, substituir nas classes e escolas especiais

Cabe a esse professor especializado prestar assistência a esses alunos de forma que suas necessidades sejam assistidas e suas potencialidades sejam desenvolvidas, para tanto é necessário um espaço apropriado onde esse momento possa acontecer, esse lugar é a sala de recursos ou a sala de AEE.

Por muitas vezes o professor da sala de aula comum precisa estar preparado para receber em sua turma algum aluno com deficiência, hoje em dia é raro uma sala de aula sem um aluno da educação especial, então cabe ao professor pesquisar e se preparar para melhor recebê-los já que não lhe sobra outra opção.

Outro subtema que pode ser destacado é o significado de educação especial e educação inclusiva, para alguns sujeitos educação especial e educação inclusiva significa a mesma coisa, isso pode ser percebido através de suas respostas. Já alguns trouxeram definições bem precisas do que para eles significa Educação Especial de acordo com a sua concepção, para tanto destaco as falas de

S08 “que define educação especial como sendo mais limitada ao público de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência onde são pensadas práticas voltadas para a acessibilidade dessas pessoas.”

S07 “é um apoio especializado para crianças especiais de acordo com cada individualidade”

S02 “é a ideia de educar ou completar a educação de alguma criança com alguma dificuldade, seja física ou psicológica.”

S04 “A educação especial é uma forma de dar oportunidade a todos de forma igualitária.”

A grande maioria dos sujeitos responderam que a educação especial é para um público específico de pessoas com deficiência, cuja o objetivo é dar oportunidade a todas as crianças à educação de forma igualitária, apenas uma pessoa mencionou que a educação especial é uma modalidade de ensino

Para

S05 “A Educação Especial é uma modalidade importante para o desenvolvimento e inclusão dos alunos especiais na educação lhe dando o direito do saber igual aos demais estudantes”

De acordo com essa fala percebemos que o reconhecimento da educação especial como modalidade de ensino não é comum a todos pois apenas um dos sujeitos a mencionou assim.

A segunda categoria da qual iremos falar é sobre mudança, sobre essa categoria o que mais se destacou nas falas dos sujeitos foi com relação à estrutura física da escola

Para a maioria dos sujeitos, apesar da escola possuir rampa e banheiros adaptados, ainda falta um espaço próprio para o atendimento dessas pessoas ou até mesmo apenas uma sala onde possam ser dirigidas para fazer uma atividade específica.

Segundo

S08 “acessibilidade do espaço físico da escola são pontos que as pessoas em geral da escola lembram mais.”

Talvez por serem os mais evidentes são os primeiros mencionados quando se fala em acessibilidade.

Para S01 a maneira como a escola pode ajudar as crianças com deficiência a se sentirem incluídas nos espaços e nas atividades é

S01 “Oferecendo recursos para a inclusão destas, seja recursos relacionados à estrutura física dos espaços, seja recursos didáticos.”

Outro ponto que carece de mudança é com relação aos materiais didáticos e recursos que a escola disponibiliza para ser trabalhado com essas crianças, isso

pode ser notado nas falas do sujeito S05 que quando perguntado quais mudanças eram necessárias na escola para lidar com a criança com deficiência, deu a seguinte resposta

S05 “A adaptação de espaço, material e profissionais capacitados para esse desafio é de fundamental importância.”

Outro ponto que merece destaque nas falas dos sujeitos foi a importância de se trabalhar a escola como um local de igualdade entre todos.

Segundo

S05 “A inclusão é um processo em conjunto, onde a escola pode facilitar o processo capacitando seus profissionais, adaptando seu espaço físico, investindo em materiais adaptados e principalmente trabalhando a consciência de igualdade em todos”

sobre esse ponto, para

S08 “A inclusão é um desafio que precisa ser encarado e trabalhado em todos os espaços (físico, social e pedagógico) sendo necessário ter muita empatia e responsabilidade com o próximo neste momento.”

A escola representa nesse processo de inclusão, um local perfeito para que seja inserido e disseminado em todos a importância da aceitação, do respeito às diferenças e da empatia para com o próximo. para Pletsch e Souza (2021, p. 5):

As escolas comuns representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade pautada no respeito à diferença e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência, a relação custo-benefício de todo sistema educativo.

No geral por meio das falas dos sujeitos nota-se que questões como estrutura física, material pedagógico apropriado e formação para os professores são os pontos que mais se destacam nas falas do sujeito.

Sendo a escola um instrumento um meio para transformação da sociedade, questões como essa não eram para ser tão comuns nas escolas.

Se não se assumir a luta por uma política outra de educação inclusiva, manter-se-á, todavia, a situação de haver estudantes que passam pela escola e são passados por ela, sem que possam se apropriar de conhecimentos que os humanizam e os empoderem para a vida social mais ampla, e sem que essa escola se modifique. (BEZERRA, 2021, p. 23)

Para finalizar, os desafios enfrentado pela educação inclusiva são inúmeros e na escola pesquisada não é diferente, porém, para os sujeitos aqui questionados se houver uma melhora na estrutura física, se disponibilizarem materiais pedagógicos adequados para trabalhar com crianças com deficiência ou transtorno e priorizar a

formação continuada para os professores na área da inclusão, esses desafios serão amenizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi caracterizar os desafios que as escolas públicas de Redenção enfrentam para incluir as crianças com deficiências nas salas de aula regular de ensino. Para isso foi usado o marco legal como referência para definir o que é a educação especial, o que é educação inclusiva, e como elas se articulam para acontecerem mutuamente.

A implementação da inclusão na escola passa por diversos desafios e apesar de muitos terem um bom conhecimento sobre o assunto, para alguns esses desafios não ficam tão claramente definidos, nem todos conseguem entender que receber esses alunos não é somente uma questão de mudança física do espaço, mas sim a adoção de novas metodologias, materiais pedagógicos adaptado, profissionais qualificados, dentre outras coisas

A inclusão não é um processo acabado e sim construção, tem-se um longo caminho a percorrer onde existe a constantemente necessidade de aprender, conhecer, conviver e ser empáticos com as pessoas, sejam elas deficientes ou não, somente por essa perspectiva a inclusão acontecerá em todos os lugares e de todas as formas.

A inclusão é responsabilidade de todos, tanto a escola como a sociedade têm a função de fazer com que esses indivíduos sejam aceitos em todos os segmentos de forma que suas dificuldades sejam respeitadas.

Não poderia finalizar este trabalho sem antes mencionar que no dia 1º de janeiro de 2023 o presidente Lula toma posse de seu 3º mandato como presidente da república e uma das primeiras medidas que ele toma é a assinatura do decreto abolindo a segregação e garantindo o direito de pessoas com deficiência à educação, assegurando ainda mais a presenças delas nos espaços escolares.

Cada vez mais são criadas leis e decretos que buscam a inclusão, contudo a inclusão ainda é um processo em construção e para isso é necessário dia após dia projetarmos no agora o futuro que queremos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, n. 1, p. 1-26, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. [S. l.], 1996. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f503Y61UMJpWT25a>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. [S. l.], 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. [S. l.], 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ; MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio a pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenação nacional para integração da pessoa portadora de deficiência (CORDE). Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do ministério público, define crimes, e dá outras providências. [S. l.], 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Lei nº 6.571, de 18 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de Novembro de 2007. [S. l.], 1996. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6571&ano=2008&ato=cccMTWE50dVpWTd9a>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [S. l.: s. n.], 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79p.

BRASÍLIA. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. DF, Senado, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 19 nov. 2022.

DUTRA, Cláudia Pereira. Marcos Políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial**, 2010.

Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cecília Pereira, Antônio Diogo - CE. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**. Redenção - CE. 2022.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, p. 61-79, 2011.

PLETSCH, Marcia Denise; DE SOUZA, Flávia Faissal. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 2, p. 1286-1306, 2021.

VAZ, Kamille. Professor Sem Ensino: projeto de escola e professor para educação especial (1996-2016). **Educação & Realidade**, v. 46, 2021.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a):

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) em uma pesquisa que tem o seguinte título: “EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO: DESAFIOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA EM ANTÔNIO DIOGO, DISTRITO DE REDENÇÃO-CE”. Esta pesquisa tem como objetivo principal "Caracterizar os desafios que as escolas públicas de Redenção enfrentam para incluir as crianças com deficiências". Caso aceite fazer parte do estudo, você, juntamente com os demais participantes, precisará apenas responder ao presente questionário e, eventualmente, responder a uma entrevista. A sua participação será de grande valor, podendo contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem na região. Você não é obrigado(a) a participar, tendo total liberdade para discordar ou desistir da participação em qualquer momento que desejar. Caso participe, você também terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer dúvida que tiver. Como pesquisadora responsável por esta pesquisa, comprometo-me a manter em segredo todos os dados confidenciais, bem como de indenizá-lo(a) se porventura sofrer algum prejuízo moral ou físico por causa de sua participação.

Nossos sinceros agradecimentos por sua colaboração.

Bruna Kessya da Silva Pereira

Responsável pela pesquisa ((85) 989830178 / brunakess6@gmail.com)

Prof. Dr. Leno Pinheiro

Orientador - Curso de Pedagogia

Nome completo (sem abreviaturas)	
CPF	
Assinatura/rubrica	
Local, Data	